

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 672628/2026 – SEMAF-PMAC

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Hortifrutis, para atender as demandas da Prefeitura, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Secretarias Agregadas, de Augusto Corrêa-PA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ABACATE IN NATURA: Maduro, de tamanho grande, uniformes, sem defeitos, intactos, firmes e bem desenvolvidos, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa.	KG	445	R\$ 20,64	R\$ 9.184,80
2	ABACAXI IN NATURA: De primeira qualidade, maduro, de tamanho grande, casca dura, uniforme, sem defeitos, intactos, firmes e bem desenvolvidos, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa.	UNID	455	R\$ 16,31	R\$ 7.421,05
3	ABÓBORA: Abóbora madura, tipo moranga, de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa.	KG	445	R\$ 12,58	R\$ 5.598,10
4	ALHO IN NATURA: Graúdo, com casca, sem réstia, bulbo inteiro, de boa qualidade, firme e intacto, tamanho e coloração uniforme, sem cortes, lesões, perfurações, parasitas e larvas, 1ª qualidade.	KG	510	R\$ 40,64	R\$ 20.726,40
5	ALFACE: De primeira qualidade em condições adequadas para consumo, isenta de sujidades, parasitas ou larvas.	PCT	480	R\$ 6,85	R\$ 3.288,00
6	BANANA PRATA IN NATURA: De primeira qualidade, de tamanho médio, firme, sem rachaduras, nível médio de amadurecimento e sem manchas, apropriada para o consumo.	DZ	910	R\$ 16,63	R\$ 15.133,30
7	BATATA DOCE: Intacta e limpa, firme de tamanho uniforme, isento de matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, nível médio de amadurecimento.	KG	948	R\$ 9,71	R\$ 9.205,08
8	BATATA INGLESA: Intacta e limpa, firme, lisa, de tamanho uniforme, procedente de espécies genuínas e sãs, fresca, isento de matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, sem manchas esverdeadas e livre de broto.	KG	1852	R\$ 9,44	R\$ 17.482,88



9	BETERRABA: De primeira qualidade, firme, de tamanho comercial, apropriada para consumo.	KG	848	R\$ 9,87	R\$ 8.369,76
10	CEBOLA: Cebola branca, fresca, Não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenra e com brilho, turgescendo, intactas, firmes e bem desenvolvidos, apropriada para consumo.	KG	1620	R\$ 11,29	R\$ 18.289,80
11	CENOURA: Laranja-vivo, sem folhas, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, escovada, isentas de sujidades, sem corpos estranhos aderida à superfície externa, apropriado para consumo.	KG	1470	R\$ 11,06	R\$ 16.258,20
12	CHUCHU IN NATURA: Pouca rugosidade. Média, procedente de espécies genuínas, sãs e frescas, polpa íntegra e firme. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas.	KG	669	R\$ 11,27	R\$ 7.539,63
13	CÔCO IN NATURA: maduro, sem casca de palha e sem sujidades. Próprio para o consumo.	UNID	420	R\$ 5,69	R\$ 2.389,80
14	COENTRO IN NATURA: Fresco, com coloração verde escuro, separados em maços padronizados, procedente de espécies genuínas e sãs. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas.	MÇ	960	R\$ 8,43	R\$ 8.092,80
15	COUVE IN NATURA: Fresca, limpa, com coloração verde escuro, separados em maços padronizados, proceder de espécies genuínas e sãs, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas.	MÇ	720	R\$ 5,65	R\$ 4.068,00
16	GOIABA IN NATURA: De primeira qualidade, tamanho médio, sem machucados e sem manchas, livre de resíduos de fertilizantes, de parasitas ou larvas. Apropriada para o consumo.	KG	904	R\$ 13,98	R\$ 12.637,92
17	LARANJA IN NATURA De primeira qualidade, tamanho médio, sem machucados e sem manchas, livre de resíduos de fertilizantes, de parasitas ou larvas. Apropriada para o consumo.	DZ	850	R\$ 10,50	R\$ 8.925,00

18	LIMÃO IN NATURA: Tamanho médio e grande, sem machucados, brotos ou manchas, limpos e sem brotos, livre de resíduos de fertilizantes, apropriado para consumo.	KG	945	R\$ 10,13	R\$ 9.572,85
19	MAÇÃ IN NATURA: De primeira qualidade, tamanho médio, sem machucados ou manchas, livre de sujidades ou parasitas, apropriado para consumo.	UNID	2500	R\$ 4,98	R\$ 12.450,00
20	MAMÃO IN NATURA: de primeira qualidade, tamanho comercial, sem machucados ou manchas, livre de sujidades ou parasitas, firme, apropriado para consumo.	KG	865	R\$ 13,65	R\$ 11.807,25
21	MANGA IN NATURA de primeira qualidade, tamanho comercial, sem machucados ou manchas, livre de sujidades ou parasitas, firme, apropriado para consumo.	KG	235	R\$ 12,27	R\$ 2.883,45
22	MARACUJÁ IN NATURA: azedo, de primeira qualidade, tamanho e colorações uniformes, livres de resíduo de fertilizantes, apropriado para o consumo.	KG	540	R\$ 17,06	R\$ 9.212,40
23	MELANCIA IN NATURA: De primeira qualidade, nível bom de amadurecimento, bem vermelhinha na parte interna, própria para o consumo.	KG	2100	R\$ 4,49	R\$ 9.429,00
24	MELÃO IN NATURA: de primeira qualidade, tamanho médio sem machucados ou manchas, firme, liso livre de sujidades ou corpo estranho, apropriado para consumo.	KG	1110	R\$ 20,74	R\$ 23.021,40
25	PEPINO IN NATURA: de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvido e maduro, com polpa firme.	KG	554	R\$ 9,09	R\$ 5.035,86
26	PERA IN NATURA: de primeira qualidade, tamanho médio sem machucados ou manchas, firme, livre de sujidades ou parasitas, apropriada para consumo.	KG	285	R\$ 23,93	R\$ 6.820,05
27	PIMENTA IN NATURA: De boa qualidade, devem apresentar cor, sabor e odor característico, apropriado para consumo. "Pimenta de cheiro"	PCT	740	R\$ 14,20	R\$ 10.508,00
28	PIMENTÃO IN NATURA: verde, sadio, fresco, sem danificações físicas. Isento de substâncias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, resíduos de defensivos agrícolas, odor e sabor estranho, primeira qualidade, tamanho comercial, firme, apropriado para o consumo.	KG	815	R\$ 16,28	R\$ 13.268,20



29	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor ACEROLA, prazo de validade descrita.	KG	569	R\$ 16,47	R\$ 9.371,13
30	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor BACURI, prazo de validade descrita.	KG	240	R\$ 46,45	R\$ 11.148,00
31	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor CUPUAÇÚ, prazo de validade descrita.	KG	399	R\$ 28,29	R\$ 11.287,71
32	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor GOIABA, prazo de validade descrita.	KG	545	R\$ 22,29	R\$ 12.148,05
33	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor GRAVIOLA, prazo de validade descrita.	KG	175	R\$ 25,04	R\$ 4.382,00
34	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor MARACUJÁ, prazo de validade descrita.	KG	485	R\$ 29,28	R\$ 14.200,80
35	POLPA DE FRUTAS: Embalagem de 1kg. Congelada, sabor MURUCI, prazo de validade descrita.	KG	405	R\$ 23,75	R\$ 9.618,75
36	REPOLHO IN NATURA: de primeira qualidade, verde, tamanho médio sem machucados ou manchas, livre de resíduos, apropriado para consumo.	KG	948	R\$ 10,89	R\$ 10.323,72
37	TOMATE IN NATURA: De primeira qualidade, tamanho comercial, firme, com parcial de amadurecimento. Apropriado para o consumo	KG	2070	R\$ 18,58	R\$ 38.460,60
38	UVA IN NATURA: de primeira qualidade, de tamanho médio, firme, sem rachaduras, sem manchas, apropriada para o consumo;	KG	890	R\$ 30,90	R\$ 27.501,00
TOTAL					437.061,04

1.2. Os valores informados acima servirão de base como o valor máximo que será pago pelos itens;

1.3. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021;

1.4. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não foi elaborado pela Municipalidade;

1.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

Vigência Contratual

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021;

1.7. Será adotado o procedimento de Sistema de Registro de Preços, previsto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.462/2023;

1.8. A utilização do procedimento indicado no item anterior se justifica em razão das características e natureza do objeto licitado, pois, se evidencia a necessidade de se proceder contratações frequentes, com entregas parceladas, onde o quantitativo a ser demandado não pode ser definido com exatidão, atraindo assim a necessidade da utilização do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços;

1.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP) será de 1 ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço;

1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação se justifica pelo fato de que os hortifrutis constituem itens de consumo contínuo e essenciais para o suporte às atividades administrativas, operacionais e institucionais, garantindo o adequado funcionamento de eventos, reuniões, capacitações, atendimentos, serviços internos e atividades voltadas à população atendida pelo Município.

2.2. Para os órgãos solicitantes, este objeto é de extrema importância, pois, tal necessidade decorre da utilização constante e essencial desses produtos nas atividades administrativas, operacionais e técnicas das diversas Secretarias, sendo indispensável para a alimentação básica dos servidores e usuários. Com o suprimento dos alimentos, será também importante para dar o devido apoio às rotinas administrativas e operacionais de todos os órgãos, garantindo a continuidade das atividades que não podem sofrer descontinuidade, tornando o ambiente melhor, contribuindo com o bem-estar e acolhimento aos servidores e munícipes que frequentam as repartições públicas.

2.3. Assim, a escassez desses produtos compromete a eficácia das ações governamentais atinentes a gestão pública, que devem ser assegurados na qualidade do serviço ofertados pela administração pública. Diante da natureza contínua das atividades institucionais desempenhadas pelas Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração, justifica-se a adoção do **Sistema de Registro de Preços** para a contratação já mencionada, assegurando economicidade, planejamento, eficiência e a continuidade dos serviços públicos prestados à população do Município de Augusto Corrêa.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para formalizar a contratação, a Contratada deve atender aos requisitos necessários e estar preparada para cumprir suas responsabilidades da maneira mais eficiente possível. A contratação para o objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, no Art. 28, inciso I da lei 14.133/2021, as condições e exigências para a contratação estão descritas abaixo e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto;

3.2. A contratação será solicitada, sob demanda, de acordo com o período e itens especificados em Ordem de Serviço própria, a ser emitida pelo órgão solicitante;

3.3. As requisições deverão conter, no mínimo, os itens solicitados, a quantidade, o local e prazo para entrega dos produtos, devendo na assinatura identificar o nome e função da autoridade competente, acompanhada por carimbo;

3.4. Os hortifrutis adquiridos, deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição de cada um, exposta no item 1.1 deste documento, estando ainda, caso necessário, sujeitos a amplo teste de qualidade e aceitabilidade, reservando ao órgão solicitante, o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando-se a Contratada a promover suas substituições sem qualquer ônus adicional;

3.5. A Contratada será responsável pela entrega e transporte, embalagem, descarga, desde a sua origem ou local até o endereço definido na ordem de fornecimento;

3.6. A(s) empresa(s) vencedora(s) dos produtos será (ão) responsável (is) pela substituição, troca ou reposição, se porventura sejam entregues com lacre aberto, com sujidades ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência – TR;

3.7. Considerando a natureza do objeto: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Hortifrutis, para atender as demandas da Prefeitura, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Secretarias Agregadas, de Augusto Corrêa-PA**, a empresa a ser contratada deverá comprovar **capacidade técnica, jurídica e operacional** para fornecer os produtos com qualidade, pontualidade e em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

3.8. A(s) contratada(s) deverá(ão) seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o fornecimento seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios;

3.9. Em hipótese alguma serão aceitos itens em desacordo com exigido nas normas legais pertinente à matéria, bem como, às condições aqui pactuadas, ficando a cargo do fiscal do contrato o controle de qualidade do objeto fornecido;

3.10. A(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer diretamente os produtos, não podendo transferir responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

3.11. Quaisquer exigências de Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela(s) Contratada(s), sem ônus ao órgão solicitante;

3.12. É de responsabilidade da(s) Fornecedora(s) o fiel cumprimento das entregas do objeto solicitado e observar, na entrega dos produtos, as Leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública, e as melhores normas técnicas específicas de comercialização;

3.13. A(s) Contratada(s) devem também possuir:

3.13.1. **Experiência comprovada:** A(s) empresa(s) deve(m) apresentar experiência comprovada no fornecimento desses tipos de gêneros alimentícios, com atuação em órgãos públicos ou em contratos semelhantes com entidades governamentais;

3.13.2. **Capacidade Técnica:** A empresa deve demonstrar a capacidade técnica necessária para o fornecimento dos itens, incluindo experiência na logística de entrega. Para tanto, deve apresentar documentos ou atestados de capacidade técnica em conformidade com a natureza do objeto;

3.13.3. **Conformidade Sanitária e Legal:** A empresa deve estar em conformidade com as normas sanitárias e regulatórias, incluindo o registro dos produtos e a fiscalização pelo órgão competente, como a Vigilância Sanitária Municipal.

3.13.4. **Capacidade de Fornecimento e Entrega:** A empresa deverá possuir a infraestrutura necessária para garantir a entrega dos Hortifrutis no prazo estipulado e nas

quantidades solicitadas, com transporte adequado e condições que assegurem a qualidade dos produtos;

3.14. **Qualidade dos produtos:** A(s) empresa(s) contratada deverá(ão) fornecer gêneros alimentícios que atendam aos padrões de qualidade exigidos, incluindo a validade dos produtos, o acondicionamento adequado e a conformidade com as especificações do edital e as normativas de segurança alimentar;

3.15. Capacidade de atendimento às demandas emergenciais: A(s) empresa(s) deve(m) estar apta a atender a demandas emergenciais ou imprevistas, com flexibilidade nos prazos de entrega ou ajuste de quantidades, conforme as necessidades imprevistas dos órgãos solicitantes.

3.16. Critérios de Aceitação dos Hortifrutis

3.16.1. O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

- **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação dos itens entregues nas unidades demandantes, com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação das especificações e qualidade dos produtos e consequente aceitação pelo Departamento Competente de cada Secretaria.

3.16.2. A Contratante se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais;

3.17. A Contratada deverá apresentar preços competitivos e condizentes com o mercado, com clareza nas propostas comerciais, transparência nos custos da aquisição e quaisquer encargos adicionais;

3.18. A Contratada deve possuir canal de comunicação eficiente para solicitação do serviço, esclarecimento de dúvidas e suporte técnico quando necessário, garantindo uma comunicação fluida entre a empresa contratada e as secretarias demandantes;

3.19. A Contratada deve ter compromisso em seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei para que a execução do objeto seja de maneira eficiente e eficaz;

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. Tal contratação tem por propósito assegurar o suporte necessário às atividades administrativas, institucionais e operacionais, bem como a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população. A adoção do registro de preços assegura maior agilidade, padronização dos produtos, segurança jurídica e operacional, bem como economicidade, em estrita observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e planejamento.

4.2. O referido sistema possibilita à Administração Municipal registrar previamente preços e condições de fornecimento por meio de procedimento licitatório regular, reduzindo custos operacionais, otimizando a gestão orçamentária e garantindo maior controle e previsibilidade das contratações, especialmente diante da continuidade das demandas do objeto em questão ao longo do exercício financeiro.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O objeto deste Termo de Referência, deverá ser entregue pela(s) Contratada(s) de acordo com a ordem de fornecimento emitida pelos órgãos solicitantes;

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues, obedecendo as seguintes orientações, locais e horários mencionados abaixo:

UNIDADES	ENDEREÇO/HORÁRIO
Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF	Praça São Miguel, nº 60. Bairro Centro. De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13h, e 15h as 17h.
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB	Tv. Joaquim Ferreira Seixas, S/N. Bairro São Benedito. De segunda a sexta-feira, das 07:00h às 17h.
Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI	Rua Bento Costa, nº 855. Bairro Espírito Santo. De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13h.
Secretaria Municipal da Mulher - SEMMU	Av. João Batista Monteiro, nº 368. Bairro: São Miguel, Augusto Corrêa-PA.
Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEPLADE	Av. João Batista Monteiro, S/N, anexo ao prédio da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa. 07:00h as 13h, e 14h as 17h.
Secretaria Municipal de Aquicultura - SEMAP	Av. João Batista Monteiro, 241, Bairro São Miguel, Cep: 68.610-000 – Augusto Corrêa-PA. De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13:30h.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA	Tv. Manoel Vitor Saraiva, s/n. Espírito Santo – Augusto Corrêa-PA. De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13:30h.
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL	Trav. Prof.º Casemiro Silva, Bairro Santa Cruz – Cep: 68.610-000. Augusto Corrêa-PA.
Secretaria Municipal de Cultura - SECULT	Tv. Domingos Nivaldo de Lima, nº702. São Benedito. De segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13h.

5.1.3. A entrega dos produtos deverá ser realizada dentro do prazo não superior a **48 (quarenta e oito) horas**, a partir da ordem de fornecimento, diretamente nos locais mencionados acima, em dias de efetivo expediente no órgão;

5.1.4. O prazo mencionado acima também poderá ser estendido, desde que **acordado entre** Contratante e Contratada com antecedência;

5.1.5. Excepcionalmente, em caso de **extrema necessidade**, a entrega poderá ser realizada em horário e local adverso ao mencionado no item 5.1.2;

5.1.6. O prazo estipulado no item 5.1.3 justifica-se pelo objeto deste Termo de Referência ser de grandes necessidades diárias para as secretarias requisitantes, visto que, trata-se de produtos essenciais para dar continuidade nos trabalhos desenvolvidos, pois os órgãos necessitam dispor destes alimentos para suprir atividades rotineiras e eventos realizados por servidores e usuários, o mínimo de qualidade básica de saúde, já que a alimentação está inserida nesse âmbito. A alimentação adequada e saudável é importante para o bem-estar dos funcionários e usuários e para o desempenho do órgão público;

5.1.7. A(s) Contratada(s) deverá(ão) transportar/entregar o produto utilizando veículos e funcionários próprios;

5.1.8. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em embalagens original, estar em perfeitas condições de limpeza (interna e externa), de forma a permitir a completa segurança durante o transporte, assim como prontos para serem utilizados;

5.1.9. Qualquer eventualidade que prejudique o fornecimento, consoante às regras estabelecidas neste item, deverá ser devidamente justificada em documento oficial, enviado com antecedência mínima de **10 (dez) horas**, e aceito pelos órgãos solicitantes;

5.1.10. É fundamental cumprir com o **prazo máximo** estabelecido no item 5.1.3, haja vista que esse prazo já foi pensado nas rotinas e demandas de cada órgão.

5.2. Condições de Recebimento

5.2.1. Na entrega dos produtos, todos deverão ter suas especificações iguais às contratadas, incluindo a boa procedência;

5.2.2. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor(a) responsável pela aceitação dos itens contratados;

5.2.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a gestão poderá:

a) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis;

b) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.2.4. Nas hipóteses previstas no item anterior, a Contratada terá o prazo máximo de 06 (seis) horas, contadas a partir da hora da notificação, para cumprir a determinação exarada pelos órgãos competentes;

5.2.5. A Contratada obriga-se a substituir, no prazo máximo de 06 (seis) horas, contado do recebimento de notificação efetuada pela Contratante, o objeto entregue e aceito que apresentar problemas quanto à validade, especificação e ou condições exigidas neste Termo de Referência ou comprovada a existência de sujidades, poeira, lacre rasgado ou quase aberto e outros defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização;

5.2.6. Fornecer o(s) hortifruti(s) mediante solicitação do órgão gestor ou por pessoa indicada, de forma permanente e regular e nas quantidades solicitadas, dispondo de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos pedidos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissões e outros análogos;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O presente objeto deste Termo de Referência será prestado de forma parcelada segundo as necessidades dos órgãos já mencionados, ou seja, não será feito grande estoque dos produtos;

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da(s) empresa(s) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da(s) empresa(s) contratada(s) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (PESQUISA DE PREÇO)

7.1. De acordo com pesquisa realizada e demonstrada no Mapa de Apuração de Preços, elaborado pelo Departamento de Compras em anexo neste processo, o custo total pesquisado do objeto em questão é de **R\$ 437.061,04** (Quatrocentos e trinta e sete mil sessenta e um reais e quatro centavos).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A Dotação Orçamentária ocorrerá por conta do parecer contábil dos órgãos abaixo mencionados:

0301 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Dotação Orçamentária: 04 123 0016 **2.011** | Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação

Fonte 15000000

0501 SECRETARIA DE OBRAS TRANSP. URBANIZ. E SANEAMENTO

Dotação Orçamentária 26 122 0016 **2.045** | Manutenção da Secretaria de Obras, Transporte, Urbanização e Saneamento

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação.

Fonte 15000000

0601 SECRETARIA DE AGRICULTURA

Dotação Orçamentária 20 122 0016 2.047 | Manutenção da Secretaria de Agricultura

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação.

Fonte 15000000

2001 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER

Dotação Orçamentária 14 422 0016 2.211 | Manutenção da Secretaria da Mulher

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação.

Fonte 15000000

0901 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Dotação Orçamentária: 04 121 0016 2.071 / Secretaria Municipal de Planejamento Desenvolvimento e Turismo - SEPLADE

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação

Fonte 15000000

1601 SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA

Dotação Orçamentária: 04 605 0018 2.209 / Manutenção da Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação

Fonte 15000000

0702 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Dotação Orçamentária: 18 122 0016 2.063 | Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação

Fonte 15000000

1901 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Dotação Orçamentária 27 812 0010 2.210 | Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer - SEMEL

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação.

Fonte 15000000

1401 SECRETARIA DE CULTURA.

Dotação Orçamentária: 13 122 0016 2.126 | Manutenção da Secretaria de Cultura.

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 | Material de consumo

Subelemento: 3.3.90.30.07 | Gêneros de Alimentação

Fonte 15000000

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento:

9.1.1. Os itens solicitados serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

9.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta; devendo ser substituídos no prazo já mencionado, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 08 (oito) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, especificações de cada item e consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.2. Prazo de Pagamento:

9.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega dos produtos, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal;

9.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

9.3. Forma de Pagamento:

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(s) Contratadas(s);

9.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

9.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4. Liquidação:

9.4.1. Após o recebimento definitivo, a Contratada deverá emitir e protocolar a nota fiscal na Prefeitura ou no órgão devido do município de Augusto Corrêa, para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação;

9.4.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de liquidação;

9.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.4.3.1. o prazo de validade;

9.4.3.2. a data da emissão;

9.4.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.4.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.4.3.5. o valor a pagar; e

9.4.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos

sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

Critérios de Pré-Habilitação

10.1.2. Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, como requisito de pré-habilitação, a licitante deverá apresentar a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da proposta, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21;

10.1.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando se tratar de depósito ou transferência em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados: Banco do Brasil; Agência: 1480-X e Conta: 19561-8;

10.1.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

10.1.5. Não será aceita garantia de proposta emitida após a abertura da sessão, bem como o comprovante de pagamento da garantia.

Forma de Fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de Habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.14. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.21. Prova de regularidade com a fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

10.22. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

10.24. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10.25. Declaração de Conformidade: Documento que ateste que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, o balanço deverá vir acompanhado da certidão de habilitação profissional do contador e certidão negativa de débitos - CND será emitida em casos de inexistência de débitos do profissional ou da organização contábil;

10.28. O Balanço Patrimonial, deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou igual 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.28.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.28.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, apresentada pelo fornecedor;

10.31. Em caso de Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.

Qualificação Técnica:

10.31. Atestado de Capacidade Técnica da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem de maneira satisfatória ter a licitante aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da (s) filial (s) da licitante.

10.32. Para análise complementar de qualificação técnica deverá ser observado o ramo de atividade da empresa em comparativo com o objeto desta licitação. Para essa análise servirão o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, devendo ser condizente ao objeto do certame sob pena de inabilitação.

10.33. Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) atualizada, de acordo com a legislação em vigor, juntamente com a sua publicação em veículos oficiais e de consulta pública;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer o(s) hortifruti(s) rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;



- 11.2. Garantir a qualidade e a sanidade de cada item, desde a origem até a entrega final, em conformidade com a legislação vigente;
- 11.3. Realizar o transporte do objeto deste documento em veículos adequados, em condições higiênico-sanitárias que assegurem a entrega em boas condições de uso;
- 11.4. É obrigação da Contratada manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e durante a execução contratual;
- 11.5. Comunicar à Contratante todo e qualquer fato que possa interferir na regular execução do contrato, sob pena de responder por perdas e danos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e legais;
- 11.6. A Contratada deverá possuir toda a infraestrutura e transporte necessário para a execução do objeto deste Termo de Referência, bem como estar prontamente a disposição a partir da solicitação dos produtos;
- 11.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 11.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da realização do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante.;
- 11.9. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste termo contratual;
- 11.10. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste contrato.;
- 11.11. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Contratante, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o Contratante;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada;
- 12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada, relativos à execução do objeto;
- 12.3. Efetuar o pagamento à Contratada, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.4. Fazer a devida verificação dos itens, se estão de acordo com o exigido e posterior recebimento definitivo;
- 12.5. Garantir o local adequado, limpo e sem qualquer sujidade para o recebimento e dos itens no local de entrega;
- 12.6. Permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada para a entrega dos hortifrutis, bem como, outras atividades decorrentes da contratação, desde que devidamente identificados;

- 12.7. Fiscalizar a execução do contrato objetivando a qualidade desejada;
- 12.8. Dará ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- 12.9. Proceder à conferência das notas Fiscais/Faturas, atestando no corpo das mesmas, à entrega dos produtos adquiridos;
- 12.10. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato e após a efetiva entrega do objeto e emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;
- 12.11. Notificar a Contratada, por escrito, e-mail ou mensagem eletrônica sobre imperfeições, sujidades ou qualquer irregularidade constante de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 12.12. Prestar todas as informações e/ou esclarecimento que venham a ser solicitadas pelos responsáveis da Contratada;
- 12.13. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contratado por intermédio da comissão ou gestor designado para este fim, de acordo com a Lei nº 14.133/21;

13. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. Com base no art. 117 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21, "A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1(um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/21 ou pelos respectivos substitutos";
- 13.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 117, § 2º);
- 13.3. A Contratante fiscalizará o fornecimento do objeto pela(s) Contratada(s) a fim de verificar se estão sendo observadas as cláusulas do Contrato;
- 13.4. Por ocasião da entrega, deverá ser colhida a data, hora, nome, cargo e assinatura do(a) servidor(a) da Contratante responsável pelo recebimento;
- 13.5. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido será realizado durante o recebimento dos mesmos, juntamente com os documentos de regularidade fiscal;
- 13.6. A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o fornecimento seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios;
- 13.7. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante;
- 13.8. Os representantes da administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, são:

- **SEMAF**

Fiscal Titular: Diego Weberley de Sousa Borges Matrícula nº 132380-6, CPF: 025.477.182-35

Fiscal Substituto: Monique Giovana Silva Cunha, 129700-7, CPF: 006.240.382-62.



- **SEMOB**

Fiscal Titular: Túlio Antony Brito Albino, Matrícula nº 129090-8, CPF: 919.859.643-00

Fiscal Substituto: Letícia Fabiane Ferreira Lisboa, Matrícula nº 129137-8, CPF: 052.933.532-84

- **SEMMU**

Fiscal Titular: Luís Felipe Santos Cunha, Matrícula: 138056-7, CPF: 061.662-27.

Fiscal Substituto: Zilmara Alves de Oliveira, Matrícula: 136735-8, CPF: 020.737.592-54.

- **SEPLADE**

Fiscal Titular: Paulo Ériclys Brito Teixeira, Matrícula nº 128820-2, CPF: 031.489.402-02.

Fiscal Substituto: Jakeline Ferreira do Nascimento, Matrícula nº 320428-9, CPF: 912.726.102-68.

- **SEMAP**

Fiscal Titular: Diogenes Sousa do Rosário, Matrícula nº 138152-0, CPF: 027.624.652-73.

Fiscal Substituto: Ednaldo de Medeiros Sousa, Matrícula nº 138128-8, CPF: 663.433.482-04.

- **SEMAGRI**

Fiscal Titular: Cleydiane da Luz Silva, Matrícula nº 128824-5, CPF: 926.902.202-10

Fiscal Substituto: Rayane Brito da Costa, Matrícula nº 139221-4, CPF: 097.466.632-75.

- **SEMEL**

Fiscal Titular: Daniele Brito Corrêa, Matrícula nº 100407-7, CPF: 011.424.632-73.

Fiscal Substituto: Raimundo Augusto Borges Paixão, Matrícula nº 136507-0, CPF: 706.790.102-20.

- **SEMMA**

Fiscal Titular: Ilziete de Jesus Borges, Matrícula nº 138302-7, CPF: 932.575.032-53.

Fiscal Substituto: Raimundo Augusto Borges Paixão, Matrícula nº 135620-8, CPF: 031.740.322-29.

- **SECULT**

Fiscal Titular: Nelma Brito do Rosário, Matrícula nº 139851-2, CPF: 972.908.402-59.

Fiscal Substituto: Márcio João Monteiro da Silva, Matrícula nº 100717-3, CPF: 865.204.582-87.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;

14.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

14.2. Com base no art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

14.2.2. Multa:

- moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES

15.1. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto, marca (quando for o caso) e o preço apresentando o valor unitário e total dos itens de acordo com modelo apresentado no edital;

15.2. Na Proposta de Preços, a proponente deverá incluir todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e contribuições fiscais);

15.3. A Proposta deve apresentar as características da execução do objeto e possui, uma validade durante a qual a licitante está obrigada a cumpri-la.

16. REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento;

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

16.4. No caso de atraso ou não do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



17.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.5.3. Indenizações e multas.

17.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A responsabilidade pela contratação do objeto do presente certame será da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA;

18.2. Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiros;


18.3. A(s) contratada(s) responderá(ão) de maneira absoluta e inescusável pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos itens contratados;

18.4. Os casos omissos neste Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas

pela Prefeitura de Augusto Corrêa ou a quem eles designarem, no endereço constante neste Termo de Referência;

18.5. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças.

Augusto Corrêa, 26 de março de 2026.


RAFAEL RODRIGO SILVA DE ARAÚJO
SECRETÁRIO MUN. DE ADM. E FINANÇAS
DECRETO Nº 001/2025 SAB/PREFEITO

RAFAEL RODRIGO SILVA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Decreto nº 001/2025